

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA**PREGÃO ELETRÔNICO 90003/2026
PROCESSO Nº 21000.028664/2023-16**

Ilmo Sr. Pregoeiro do Ministério da Agricultura e Pecuária

Felipe de Moraes Dytz, pessoa física devidamente inscrita no CPF sob o nº 020.466.997-93, residente à Rua Pedro Francisco Correa, 81, São Francisco, no município de Niterói-RJ, vem respeitosamente perante V. Senhoria, apresentar seu pedido de impugnação ao edital do Pregão Eletrônico 90003/2026 que visa a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preditiva, preventiva e corretiva das salas cofres do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA e do Instituto Nacional de Meteorologia INMET, em Brasília - DF.

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Do Pregão em epígrafe a fim de corrigir vícios contidos no ato convocatório que comprometem a legalidade do procedimento licitatório em tela, nos termos e nas razões a seguir aduzidas.

1) DA TEMPESTIVIDADE

Quanto ao prazo para apresentação da impugnação, conforme estabelecido no artigo 24 do Decreto 10.024 de 2019 que trata dos prazos para impugnação, temos:

Impugnação

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação.

§ 2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

Assim como expresso no item 10 do Edital:

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licitacao@agro.gov.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

Em face do exposto, deve ser a presente Impugnação considerada, nestes termos, plenamente tempestiva.

2) DA LEGITIMIDADE

A legitimidade para apresentação da impugnação ora ventilada tem seu fundamento no disposto no art. 164 da Lei nº 14.133/21:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

Sendo assim, resta configurada a legitimidade para apresentação desta impugnação.

3) DO MÉRITO

O Impugnante constatou que o Edital apresenta algumas irregularidades, nas quais tentarei ser o mais preciso possível.

10.8.1.3 **Para o Grupo 2 MDA** :A Licitante deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove que a Licitante tenha executado ou esteja executando serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em Datacenter Sala-Cofre, construída em conformidade com a norma ABNT NBR 15247, **mantendo a Sala com Certificação vigente da ABNT NBR 15.247**, contemplando, no mínimo, as seguintes parcelas de maior relevância:

Conforme já objeto de jurisprudência por parte do Tribunal de Contas da União, bem como por manifestação expressa dos próprios Organismos Certificadores de Produtos acreditados pelo Inmetro, a Certificação ABNT NBR 15247 é emitida ao fabricante da sala-cofre e é homologada as salas-cofres fabricadas por estes, não havendo qualquer pertinência a perda da certificação da sala-cofre após a realização dos serviços de manutenção.

Questionamento 1 – O que esta Administração quer dizer com manter a sala com certificação vigente da ABNT NBR 15247?

- a) Sala Cofre certificada conforme ABNT NBR 15.247 com área mínima de 15 m²;
- b) Piso elevado, incluindo serviços de limpeza técnica;
- c) Sistema de climatização de precisão com capacidade mínima de 60 kW;
- d) Sistema de combate a incêndio utilizando gás FM200 ou equivalente;

- e) Sistema de detecção e alarme de incêndio, incluindo detecção precoce (VESDA ou similar);
- f) Sistema de monitoramento ambiental remoto (temperatura, umidade, alagamento, etc.) em tempo real 24x7, com central de atendimento dedicada e abertura de chamado automática;
- g) Sistema de CFTV com câmeras IP;
- h) Sistema de controle de acesso (cartão de proximidade ou biometria);
- i) Teste de estanqueidade realizado conforme NFPA 2001 ou ASTM E779, devendo ser apresentado o relatório de comprovação do teste de estanqueidade da sala, emitido pelo organismo certificador.**

É fundamental analisarmos aquilo que está sendo exigido na alínea i), à luz daquilo que está determinado no artigo 42 da Lei 14.133/21:

Art. 42. A prova de qualidade de produto apresentado pelos proponentes como similar ao das marcas eventualmente indicadas no edital será admitida por qualquer um dos seguintes meios:

I - comprovação de que o produto está de acordo com as normas técnicas determinadas pelos órgãos oficiais competentes, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou por outra entidade credenciada pelo Inmetro;

II - declaração de atendimento satisfatório emitida por outro órgão ou entidade de nível federativo equivalente ou superior que tenha adquirido o produto;

III - certificação, certificado, laudo laboratorial ou documento similar que possibilite a aferição da qualidade e da conformidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, emitido por instituição oficial competente ou por entidade credenciada.

Não existe dúvida que um teste de estanqueidade é um ensaio, sendo pertinente estabelecer que a realização de um ensaio gera um laudo laboratorial.

A entidade que emite laudos laboratoriais, conforme definição do Inmetro, são os laboratórios acreditados, pertencentes a RBLE.

Conforme inciso III do art.42 da Lei 14.133/21, não há nenhum óbice quanto a exigência do referido teste de estanqueidade.

A questão nesse caso é que o agente emissor do teste de estanqueidade não pode ser o Organismo Certificador, pois este não está acreditado pelo Inmetro para emissão de laudo laboratorial.

Questionamento 2 – Qual a justificativa técnica para exigência de que o teste de estanqueidade seja emitido por organismo certificador, uma vez que este não é acreditado pelo Inmetro para tal?

4.25. Da verificação de amostra do objeto (Prova de conceito)

4.25.1 A exigência de verificação de amostra e outras formas de avaliação de conformidade do objeto é excepcional e visa assegurar que a Administração não contrate produtos ou serviços que, embora atendam formalmente à especificação técnica, revelem-se ineficazes ou de baixa qualidade quando aplicados na prática.

4.25.2 Tal medida está alinhada com os princípios da eficiência, da seleção da proposta mais vantajosa e da mitigação de riscos estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, bem como encontra respaldo legal nos seguintes dispositivos normativos:

Art. 17, §3º, Art. 41, inciso II e Art. 42, §2º da Lei nº 14.133/2021, que tratam da possibilidade de exigência de amostras e outros meios de avaliação de conformidade do objeto ofertado;

Art. 12, §1º da IN SGD/ME nº 94/2022, que permite à Administração solicitar amostras, protótipos ou provas de conceito, desde que fundamentada a necessidade e disciplinados os critérios objetivos para sua avaliação no Termo de Referência

Questionamento 3 – Onde está estabelecido no Termo de Referência os critérios objetivos para avaliação da prova de conceito?

4.25.3O julgamento pelo menor preço pode atrair a prestação de serviços e/ou o fornecimento de bens de baixa qualidade, razão pela qual a Administração deve adotar cautelas adicionais para assegurar a contratação de soluções que atendam de forma efetiva às necessidades institucionais.

4.25.4Nesse contexto, em razão da natureza e da criticidade do objeto desta contratação, será exigida a realização de Prova de Conceito (PoC), entendida como a etapa de **demonstração prática da solução ofertada pela licitante provisoriamente vencedora, em ambiente simulado ou controlado, com o objetivo de validar integralmente o atendimento às especificações técnicas, aos requisitos de desempenho e às funcionalidades estabelecidas neste Termo de Referência.**

Conforme determinado no objetivo da contratação, esta é para a contratação de empresa para realização do serviço de manutenção.

Neste caso é importante estabelecer que a solução já está instalada (monitoramento, Sistema de CFTV, Sistema de Controle de Acesso).

Questionamento 4 – O que esta administração quer dizer com “demonstração prática da solução ofertada pela licitante”, uma vez que se trata do serviço de manutenção?

4.25.5A PoC será utilizada para garantir que a solução ofertada pela licitante provisoriamente vencedora atende, de fato, às especificações técnicas, aos requisitos de desempenho e às funcionalidades estabelecidas neste Termo de Referência. **Tal exigência visa evitar a contratação de soluções inadequadas ou inservíveis,** que possam comprometer a eficiência, a disponibilidade e a continuidade das operações da Administração.

Novamente deve ser salientado que a Administração não está contratando uma solução, mas o serviço de manutenção de uma solução já instalada.

4.25.6 Será realizada verificação de prova de Conceito para averiguar se a Solução de TIC apresentada pela Licitante detém os requisitos mínimos necessários para realização dos serviços a serem contratados, **de acordo com as funcionalidades, procedimentos e critérios objetivos descritos no ANEXO deste Termo de Referência.**

4.25.7 Serão exigidas POC referentes aos seguintes itens referentes ao Serviços de manutenção, Serviços de monitoramento, Sistema de CFTV, Sistema de Controle de Acesso.

Uma vez que não foi evidenciado a presença de nenhum Anexo a este Termo de Referência, torna-se alijada a presente análise sobre quais são os critérios objetivos determinados por esta Administração.

Questionamento 5 – Em qual anexo ao Termo de Referência estão estabelecidos os procedimentos e critérios objetivos para a prova de conceito?

4) DO PEDIDO

Em que pese o habitual zelo, revestido de elevado rigor que convém a todo órgão da Administração Pública, indubitavelmente a Administração Licitante não vem atendendo

a legislação vigente. Quer crer a Impugnante que os vícios encontrados no Edital tenham ocorrido por um equívoco.

Diante de todo o exposto, requer e espera meticulosa atenção de V.Sa. para acolher as alegações trazidas a lume e rejeitar o Edital em apreço, SUSPENDENDO o ato convocatório para posterior republicação com as devidas correções, como medida de obediência ao sistema normativo vigente, de forma que o presente certame não esteja viciado.

Termos em que

P. e E. Deferimento

Niterói, 07 de abril de 2026



Felipe Dytz
BD Apoio Empresarial Ltda

FELIPE DE
MORAES

DYTZ:02046699
793

Assinado de forma
digital por FELIPE DE
MORAES

DYTZ:02046699793

Dados: 2026.04.07

19:32:25 -03'00'